

RICARDO COUTINHO

PROGRAMA DE GOVERNO

PARAÍBA – 2015 A 2018

RICARDO COUTINHO - PROGRAMA DE GOVERNO – PARAÍBA – 2015/2018

Sumário

- A. Apresentação
- B. Situação atual da Paraíba, contexto econômico.
- C. Eixos programáticos para o novo ciclo de desenvolvimento.
 - a) Estado e a democratização.**
 - b) Política Economia para o desenvolvimento sustentável.**
 - b1 – C, T & I
 - b2 – Política Industrial
 - b3 – Turismo
 - b4 - Couros e Calçados
 - b5 - Energia Renovável
 - b6 - Serviços
 - b7 – Agricultura
 - b8 – Meio Ambiente
 - b9 – Recursos Hídricos
 - c) Política de Desenvolvimento Social.**
 - c1 – Segurança Pública
 - c2 – Saúde
 - c3 – Educação
 - c4 – Assistência Social
 - c5 – Cultura
 - c6 - Políticas públicas para mulheres, População lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, população negra, comunidades tradicionais (ciganos, índios, quilombolas e comunidade de terreiros).
 - d) Política para melhoria da qualidade de vida.**
 - d1 – Habitação Social
 - d2 – Saneamento e Resíduos
 - d3 – Mobilidade Urbana

A. Apresentação

O Plano de Governo, cujas diretrizes estão aqui elencadas, representa antes de tudo os anseios de uma sociedade que durante anos não teve voz nem espaço adequado para expor suas ideias e necessidades e que através do Orçamento Democrático manteve um diálogo claro com o Poder Executivo.

É indiscutível a melhoria da compreensão pela população da atuação e dos limites, financeiros e operacionais, impostos ao poder público pela conjuntura administrativa do país.

Em 2010, prevíamos a busca pelo equilíbrio econômico e social do Estado, que permitisse exercer uma plena democracia representativa, através de instâncias legítimas e oxigenadoras de participação popular na gestão governamental, implantando uma gestão de muitos para todos e não de poucos para alguns, isto se transformou em fato real com a realização de inúmeras plenárias nos mais diversos recantos deste estado, ouvindo e aprendendo com a população.

A gestão socialista nestes últimos quatro anos a frente do Governo do Estado, permitiu que se implantasse uma nova forma no fazer Política e o estabelecimento de uma relação muito mais Republicana entre os poderes.

As obras executadas nas áreas de logística de transportes, abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, adutoras, canais, rede de fibra ótica, permitiu que o estado se posicionasse em um patamar capaz de atrair vários investimentos privados para a nossa região, gerando emprego e renda para população.

Mais uma vez a afirmação de continuar na busca incansável do desenvolvimento do estado, através da geração de oportunidades de emprego e aumento da renda dos paraibanos, faz parte deste novo Plano para o período de 2015 a 2018.

A construção de novas escolas técnicas, a ampliação da rede estadual de ensino e a recuperação das escolas existentes, permitirão em um futuro breve que os nossos jovens estejam cada vez mais preparados para o mercado de trabalho.

Com 1.000 novos leitos e a inauguração de hospitais no interior do estado a política de saúde avança a passos largos para uma rede estruturada e descentralizada que prestará serviços cada vez melhores e mais próximo da população.

Implantação de políticas públicas de gênero, o cuidado com as minorias e proteção dos segmentos mais desassistidos, demonstra o respeito deste governo pela sociedade paraibana.

Aqui está a base para a continuidade de uma gestão que já se mostrou capaz de mudar práticas, conceitos e paradigmas nas relações políticas e administrativas, afastando de vez o retrocesso e o coronelismo do nosso meio.

B. Situação atual da Paraíba, contexto Econômico e Social

Antes da conquista do Nordeste, a região já era habitada por corsários franceses que exploravam o pau Brasil – pau de tinta – que era exportado para a indústria têxtil da Europa. Depois da exportação do pau-brasil nossa economia conheceu a cultura da cana de açúcar, passando a exportar o açúcar para a Europa. Como terceiro produto, nossa economia conheceu a pecuária, com a criação do gado. Outra linha histórica de nossa economia compreende a cultura algodoeira. Já nos tempos modernos foi introduzida a cultura do agave. A mineração também foi explorada com a indústria de cimento, a exportação de minérios de pegmatito, como estanho, colômbita, tantalita, berilo, scheelita, e outros.

Quanto à industrialização começamos com os engenhos de açúcar, passamos para os moinhos de descaroçamento de algodão, as fábricas de fios de algodão, as primeiras fábricas têxteis, de tecidos e de sacos, surgiram as primeiras fábricas de fios de sisal, de cordas, de tapetes, as primeiras usinas de açúcar e a partir da SUDENE, depois da instalação dos primeiros distritos industriais, veio a diversificação industrial nas áreas de metalurgia, mecânica e de modernas indústrias eletrônicas. A partir do desenvolvimento desse processo, diz-se que a principal tendência por vocação de nossa economia tende para a pequena e média indústria.

Hoje, a Paraíba apresenta um PIB de R\$ 28,1 Bilhões. Nos últimos anos tem registrado um crescimento positivo nos indicadores que aferem o seu Desenvolvimento Econômico e Social.

O Estado da Paraíba está localizado na Região central do Nordeste e ocupa uma área de 56.584.6 km². Tem 223 municípios dos quais 170 integram o semi-árido nordestino. A sua população está estimada em 3.791.315 habitantes. As cidades mais populosas - João Pessoa (capital), Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux e Souza.

Sua localização é estratégica, no extremo oriental das Américas, próximo aos mercados internos e externos. Clima agradável, variando de tropical na região litorânea ao semiárido no interior. A costa se estende por cerca de 130 quilômetros de 56 belas praias, propício ao turismo. A capital do Estado da Paraíba é João Pessoa, reconhecida pelo padrão de qualidade de vida que oferece para se trabalhar e viver.

O setor do Turismo é um dos grandes motores da economia do estado - atraindo investidores dos mais diversos ramos de atividade, como hotelaria e eventos. Além dos conhecidos sol e mar - no interior, o turismo de aventura e a rota do frio - cultura e gastronomia - demanda crescente de hotéis e restaurantes. N.º Maior São João do Mundo, Campina Grande recebe, durante 31 dias, aproximadamente 2 milhões de pessoas, gerando assim, grandes oportunidades para quem deseja investir no setor turístico. O Centro de Convenções, investimento de 176 milhões, foi erguido às margens da Rodovia PB-008, em Jacarapé é um complexo de 48.676 metros

quadrados, apropriado para receber eventos simultâneos e comportar cerca de 20 mil pessoas. Na Rota do Frio, cidades tombadas, gastronomia, cultura, belezas naturais - atrações para aproveitar um clima diferente na Paraíba. Pelas cidades serranas, turismo - do aventureiro ao cultural - passeio pelos tempos coloniais dos cafezais e engenhos de cana-de-açúcar. Cenários rurais da Paraíba como um modo de fugir do estresse e até mesmo de fazer negócios. Uma prática que, além de estimular a consciência ecológica, tem gerado renda às cidades do interior e aumento no faturamento das empresas.

Na gestão atual a malha rodoviária passou a contar com mais 1.224 km de novas estradas - acesso às cidades do interior e aos estados vizinhos. O Porto de Cabedelo oferece as menores tarifas da região. João Pessoa e Campina Grande encontram-se a cerca de 190 km de SUAPE, em Pernambuco. As oportunidades se ampliam. O custo de energia elétrica e de conectividade está entre os cinco menores do país, associados aos incentivos locacionais e tributários. A Paraíba tem grande potencial para a geração de energia eólica. O Litoral Norte do estado possui ventos que atingem uma velocidade média de 6 a 7m/s, abrigando atualmente mais de 70 geradores e uma produção capaz de abastecer 40 mil residências. Também é rica em Energia Solar. Segundo a Aneel, o município de Coremas, a 392 km da capital JP, se encontra a região de maior incidência de radiação solar do Brasil. Esse potencial representa amplas oportunidades de conjugar seus negócios à geração de energia solar, aliando desenvolvimento e sustentabilidade em um cenário promissor.

A Paraíba é rica em capital humano. A Paraíba dispõe de três universidades públicas, dez unidades de Institutos Federais de Educação, diversos estabelecimentos de educação superior e técnica. Prevista outros seis campi de Institutos Federais de Educação. Maior número de vagas em universidades públicas - total de 17.315 vagas - ocupa a segunda posição na quantidade de mestres e doutores do Brasil. Campina Grande possui, proporcionalmente, o maior número de profissionais com qualificação PhD do país: um doutor para cada 669 habitantes.

Merece destaque o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação na Paraíba. O estado possui cerca de 320 empresas de TIC, sendo 200 em João Pessoa, 20 em Patos e 100 em Campina Grande, onde está a maior capacidade produtiva. Campina Grande é um dos 74 polos tecnológicos do país. Campina Grande, sede da UFCG, ensino superior cujo setor de TI é referência internacional - um dos maiores polos de TIC do Brasil. A localização geográfica e o custo das operações fazem do setor tecnológico outro grande atrativo no estado. Nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Patos formam-se, anualmente, cerca de 500 profissionais na área de tecnologia, entre os níveis técnicos e superiores, suprimindo as necessidades para implantação de empreendimentos de todos os portes. O estado possui uma rede de instituições públicas e privadas que fortalece o setor através de incubadoras de empresas, promoção do empreendedorismo e criação de clusters competitivos de excelência e inovação. Em 2011, parceria com o Governo Federal - programa de ampliação da rede de fibra ótica nos centros de pesquisa e desenvolvimento municipais, estaduais e federais - interligação unidades, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento. Nos negócios on-line, bens e produtos nacionais para o consumidor final via internet com imposto de apenas 2% sobre o valor das operações interestaduais.

A Indústria calçadista, uma das mais promissoras da economia paraibana - o 3º maior produtor do país, fabricação de 250 Milhões de pares/ano. Polo Coureiro-Calçadista - constituído por 6 cidades - aproximadamente 400 empresas empregam 25 mil pessoas. Paraíba - segundo maior exportador do país. Os empreendimentos exportam para mais de 100 países, entre eles Estados Unidos, Argentina, México e China. Campina Grande abarca metade das empresas do setor. Neste município está situado o Centro de Tecnologia de Couro e Calçados Albano Franco, que desenvolve atividades de educação profissional e consultorias técnicas.

Dados recentes sobre emprego e renda indicam a variação relativa no volume de empregos no mês de Janeiro de 2014 - aumento de 0,27% em relação a dezembro de 2013. A variação na quantidade de empregos na Paraíba (0,27%) aparece como a segunda maior da região nordeste atrás apenas de Sergipe. Essa variação é superior à média nacional (0,07%) e à média da região (-0,2%).

Outro dado relevante: a Paraíba em segundo lugar no ranking nacional de empregos (fev/2013-jan/2014) - O Estado ocupa a mesma posição quando se trata da variação percentual entre o saldo de empregos nos últimos doze meses, isto é, entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014. A variação da Paraíba alcança o patamar de 4,70%, acima da média do Nordeste (3,2%) e da média nacional (2,6%).

Outra estatística indica que a Paraíba fica em segundo lugar no ranking de criação de empregos (abr/2013-mar/2014) - Após assumir a primeira colocação no ranking, a Paraíba fica em 2º lugar no mês de março, em comparação com os últimos doze meses. Apesar da leve queda, o estado continua bem acima da média do Nordeste (3,73%), assim como acima da média nacional (2,57%).

Outro indicador importante sobre a evolução do emprego na Paraíba é que diante do cenário de variação do PIB nacional, a Paraíba obteve saldo positivo no volume de empregos, mesmo diante de um forte declínio do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Tem mais, a Paraíba fica em 1º lugar no ranking da evolução na criação de empregos (Fevereiro de 2014), considerando os 27 Estados da federação, mais a média nacional. Por exemplo, em 2004, a Paraíba ficou em último lugar entre os Estados e a média nacional, na evolução de empregos no mês de fevereiro. Em 2011, a Paraíba ocupou a 16ª colocação nesse ranking, e subiu para a 7ª posição, onde permaneceu nos anos de 2012 e 2013, sempre acima da média do crescimento nacional no número de empregos. Em 2014, o destaque se dá com o alcance da primeira posição no ranking, especificamente no mês de fevereiro.

Os resultados alcançados impõem uma destacada responsabilidade de Governo, no sentido de dimensionar e utilizar mecanismos e instrumentos que possam dar seguimento a este significativo processo de transformação, conjugando esforços com a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e a classe política.

D. Eixos programáticos para o novo ciclo de desenvolvimento.

a) Estado e a democratização

Ao fim de quatro anos de mandato, nosso governo foi extremamente feliz em reestruturar fisicamente a nossa Paraíba, com a concretização de inúmeras obras e ações, há muito reivindicadas pelo povo paraibano, das mais diversas matizes: estradas, leitos hospitalares, salas de aula, adutoras, equipamentos turísticos, culturais e esportivos, dentre outros.

Isto, no entanto, não nos faz deitar em berço esplêndido, sob a arrogância da ideia do fim da história. Pois, esta história ainda tem muito para ser vivida, escrita e contada.

Pedimos a Paraíba mais quatro anos para o trabalho, mais quatro anos à seriedade no trato com a coisa pública, à sensibilidade com a necessidade dos mais humildes, à transparência, ao orçamento democrático, às obras estruturantes, à Paraíba Unida pela Paz, ao desenvolvimento com sustentabilidade.

Muito foi feito, é inegável. E estamos dispostos e abertos à comparação e à discussão honesta, franca, transparente e democrática, com quer que seja, em qualquer praça, rua, auditório ou sala de qualquer município da Paraíba.

Mas, também queremos afirmar a vontade de continuar fazendo muito mais:

- a. Mais transparência, mais participação popular, mais controle social.
- b. Mais planejamento, mais racionalidade e mais qualidade dos serviços públicos.
- c. Mais educação e saúde de qualidade.
- d. Mais emprego e renda, mais inclusão social.
- e. Mais segurança pública, mais respeito aos direitos humanos.
- f. Mais desenvolvimento com sustentabilidade social, econômica, cultural, ambiental e política.

Se os primeiros quatro anos foram os anos da reestruturação física do nosso estado, precisamos de mais quatro anos para aprofundar e radicalizar a democracia, fortalecendo e aprofundando a experiência do orçamento democrático, levando o governo cada vez mais próximo da sociedade, inclusive utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis.

Se os primeiros quatro anos foram os anos do controle das contas públicas, precisamos de mais quatro anos para promover a reforma do estado, fundado nos valores da transparência, da qualidade dos serviços públicos; da inversão de prioridades para bem atender aos que mais precisam; da eficácia, eficiência

efetividade administrativas; do planejamento estratégico e participativo; do governo inovador, da criatividade; e do desenvolvimento com sustentabilidade.

Os instrumentos de participação popular que a sociedade brasileira e paraibana construiu, como os conselhos, os movimentos sociais, os diversos fóruns de participação popular, as experiências do orçamento democrático e participativo, que remontam ao período imediatamente ao fim da Ditadura Militar, ainda nos parecem o caminho para reatar a política com os interesses da população.

A voz e caneta de governantes e medidas tomadas sem planejamento, sem a chancela popular, feitas às pressas para responder às manchetes e eventuais pressões econômicas e corporativas, nem sempre legítimas, respondem cada vez menos e cada vez com pior qualidade e efetividade às reais necessidades da sociedade.

Quem não tiver capacidade para compreender os novos tempos apenas aguçará conflitos e reduzirá a legitimidade das políticas públicas.

Temos a melhor e mais legítima aliança para dialogar com essa nova realidade, com essa nova agenda.

Apresentamos aos paraibanos e paraibanas uma chapa majoritária que agrega experiência administrativa e trabalho, juventude, sensibilidade e compromisso com a ética e com as lutas do nosso povo. E, não menos importante, candidatos proporcionais comprometidos com este programa.

Temos os partidos mais comprometidos com a busca da felicidade dos paraibanos.

A nossa aliança tem a experiência e o compromisso com a luta dos trabalhadores, do chão de fábrica, dos assentamentos sem-terra, da agricultura familiar, do pequeno empreendedor, das micro e pequenas empresas, e com todos aqueles e aquelas que desejam o desenvolvimento sustentável da Paraíba.

Do Litoral ao Sertão, atravessando desde as praias, as matas, as serras brejeiras, a caatinga, os brejos de altitudes e as serras sertanejas, mulheres, homens, jovens, adultos e idosos, paraibanos aqui nascidos e aqueles que aqui chegaram para fazer desse pequeno torrão o seu lugar, querem construir uma Paraíba mais justa, com igualdade de oportunidades para todos.

E não já é sem tempo, que a paciência dos paraibanos, os daqui e os que aquichegaram, exige de quem se dispõe a governá-los coragem, competência, liderança, determinação, sabedoria, criatividade e rigor com o uso dos recursos públicos.

Parafraseando bela música: *Não temos tempo a perder, só queremos saber do que pode dar certo.*

b) Política Econômica para o desenvolvimento sustentável.

b1) Ciência, Tecnologia e Inovação

A sustentação do processo de transformação econômica e social em curso na Região Nordeste e, em especial em Estados como a Paraíba, encontra-se fortemente associada, entre outros elementos, à consolidação de uma sólida base de conhecimentos, que esteja ancorada numa infraestrutura de ciência e tecnologia orientada pelo estímulo à aprendizagem e direcionada ao atendimento das necessidades da região. Este princípio vem viabilizando a efetiva autonomia nas escolhas da sociedade, não limitadas apenas à exploração de recursos e riquezas já criadas, mas inspiradas na diversidade territorial e cultural de modo a identificar ou “despertar” novas oportunidades a serem exploradas, para as quais investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação são percebidos como cada vez mais cruciais.

Neste cenário, os Programas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) vêm ganhando espaço crescente no planejamento dos governos federal, estaduais e municipais no Brasil, animando processos de concentração federativa no setor. Desde os processos constituintes que se seguiram a elaboração da Constituição Federal de 1988, a pactuação entre a União e os Estados e, também alguns Municípios, vem avançando e ampliando o escopo das iniciativas de CT&I no País, contemplando iniciativas de programas para fomento ao empreendedorismo inovador no país.

A descentralização de programas, a articulação para o estabelecimento de patamares mínimos de contrapartida aos repasses federais, o desenho cooperativo de iniciativas de fomento, dentre outros movimentos, são exemplos das tendências que prevalecem na agenda de CT&I nacional – com profunda influência nas ações construídas pelos Estados. Tais instrumentos de ações públicas passam a considerar a necessidade da regionalização dos gastos desde a formulação da política pública, a partir das necessidades identificadas pelos cidadãos, até a avaliação dos impactos dessas políticas – como recomenda a Constituição Federal de 1988.

O Governo do Estado da Paraíba, considerando a relevância dos esforços em CT&I e os atuais desafios, criou a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação que tem como missão atuar na prospecção, articulação, integração, acompanhamento e avaliação de ações setoriais, planejadas e executadas pelo Governo do Estado, relativas ao fomento da ciência, tecnologia e inovação e à geração e aplicação de conhecimento científico e tecnológico em prol do desenvolvimento local sustentável.

A iniciativa oportuna do Governo do Estado vem sendo fundamental para que a Paraíba lidere e crie as melhores condições para continuamente identificar, propor e implementar políticas públicas que fortaleçam a oportuna apropriação da ciência, tecnologia e inovação com foco principal no desenvolvimento sustentável.

O Estado da Paraíba, reconhecido como um importante lócus de formação e de geração de conhecimentos, atualmente já conta com a agenda local integrada e

bem articulada aos sistemas nacional e estadual de inovação. É necessário investir na consolidação de tais avanços, de forma que a ambiência já favorável seja determinante para a continuidade da articulação, captação e execução de programas que viabilizem o desenvolvimento econômico e social, melhorando as condições de vida da população por meio da disseminação e apropriação de conhecimentos e tecnologias apropriadas.

Novas rotas de desenvolvimento sustentável: Fomento à cultura empresarial de inovação

Um dos fatores centrais para se alcançar o desenvolvimento pleno de uma nação é a capacidade de geração de riqueza a partir do conhecimento científico e tecnológico. Atualmente esse conhecimento é produzido por um número cada vez maior de países que o utilizam para solucionar seus problemas estratégicos. Para isso, torna-se cada vez mais necessário implantar, em âmbito nacional, a cultura empresarial de agregação de valor através da inovação de produtos e processos.

Cada país que conseguir esse intento obterá ganhos substanciais na geração de riqueza, que poderão contribuir para a melhoria das condições de vida de toda a população e para afirmação da sua soberania. O sucesso brasileiro no setor petrolífero é um bom exemplo: graças aos aumentos substanciais de recursos para pesquisa, não só conseguimos atingir a autossuficiência na produção de petróleo, como estamos nos tornando um dos países detentores das maiores reservas provadas do mundo, com a descoberta do pré-sal. Outro exemplo são os avanços no campo do agronegócio, através das ações lideradas pelas unidades da Embrapa no país.

No sistema brasileiro de ciência e tecnologia um dos elos fracos da cadeia está na incipiência da cultura empresarial de inovação na iniciativa privada. Apesar dos esforços do governo central no sentido de disponibilizar recursos financeiros e implantar um sistema científico e tecnológico para criar este ambiente favorável, e da CNI no sentido de construir instrumentos que divulguem, esclareçam e mobilizem o setor produtivo nacional em torno do tema Inovação, torna-se necessário agregar outros elementos, entre os quais a consolidação de iniciativas empreendedoras junto aos sistemas estaduais de ciência, tecnologia e inovação.

Além de recursos investidos na apropriação de conhecimento científico, também contribuem para esse ambiente favorável, incentivos tributários e fiscais, infraestrutura urbana e mão de obra qualificada. Esses fatores devem ser viabilizados pelos três níveis da federação, cada um cumprindo com a sua responsabilidade, de maneira articulada, e dirigida para atingir os objetivos estratégicos, definidos em nível nacional e estadual e realizados nos territórios dos municípios.

A pactuação de programas com as prefeituras constitui-se numa porta de acesso da população aos diversos programas públicos. Cabe ao Estado, junto com as municipalidades e o poder central, proporcionar esse ambiente favorável para auxiliar na consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nos municípios estão abrigados os empreendimentos de micro, pequeno, médio e grande porte; o inventor, o artesão, o artista e o criador, o professor, o cientista, o pesquisador e todos os cidadãos; e as parcerias entre o Estado e os municípios são responsáveis pela regulação dos empreendimentos, sejam estes orientados a serviços ou a produtos. O Governo do Estado pode e deve assumir a missão de liderar a negociação continuadas capacidades e das condições de apoio ou restrições para a obtenção de empreendimentos mais inovadores e competitivos.

Cada vez mais, a apropriação de conhecimento de forma inovadora e empreendedora torna-se um fator crítico de sobrevivência e, aprender a lidar com a permanente seleção, apropriação e uso do conhecimento no dia-a-dia, impacta igualmente na vida dos indivíduos e das organizações.

O papel do Governo do Estado no Sistema Nacional de CT&I

As iniciativas do Governo Estadual devem estar alinhadas ao Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI) 2011-2014 e suas atualizações, cujas ações estão distribuídas em todas as regiões do país e buscam promover a inclusão social e produtiva a partir do desenvolvimento científico e tecnológico. Essas iniciativas do Governo Federal, em geral, somam-se aos esforços realizados no Estado, que também devem ser observados e considerados. Nesse sentido, o planejamento, a execução e o acompanhamento de novas agendas em CT&I e Empreendedorismo Inovador requer, inicialmente, a compreensão da realidade local, através do mapeamento das estruturas produtivas, técnicas e científicas presentes nos municípios e de programas e ações em andamento nas instituições atuantes no setor. A partir desse conhecimento pode-se construir uma agenda que articule diferentes esforços, promovendo sinergias capazes de potencializar resultados e reduzir a dispersão de recursos.

A Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SERHMACT), juntamente com a FAPESQ, assumem um papel fundamental na construção dessa agenda, articulando e agregando os esforços federais, estaduais e municipais em torno de objetivos convergentes no tema CT&I e no fomento ao Empreendedorismo Inovador. Este é o caminho para que o Estado da Paraíba continue bem posicionado na agenda nacional de CT&I.

A SERHMACT, através do CONSECTI (Conselho de Secretários Estaduais de CT&I), vem contribuindo na elaboração do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro 2015-2034PCTI/NE, com finalização prevista para Setembro de 2014. A Agenda de Governo 2015-2018 para CT&I, detalhada a seguir, encontra-se alinhada com os eixos centrais do PCTI/NE, em especial nas ações estruturantes de impacto regional que são consideradas relevantes para o desenvolvimento sustentável da Paraíba— um marco importante ao atual momento do Estado e sua relação com o desenvolvimento da região e do país.

Propostas para CT&I e Empreendedorismo Inovador (EI)

Considerando as vocações e competências estabelecidas no Estado da Paraíba, as prioridades locais, regionais e nacionais, que podem receber contribuições de entes

federados, ao mesmo tempo em que se observa um alinhamento com ações do Governo Federal, postula-se uma agenda em CT&I e EI que venha a contemplar:

Articulação dos Sistemas Municipais, Estaduais e Nacional.

Conduzir a identificação de alvos estratégicos e iniciativas concretas que contemplem o segmento de CT&I e EI no espaço da Paraíba, ao longo dos próximos 20 anos, respeitadas as especificidades das diferentes áreas administrativas com a participação dos atores municipais, estaduais e regionais.

Elaborar um mapa com o estabelecimento de prioridades e compromissos locais, regionais e nacionais.

Fortalecer as interações entre o Sistema Estadual e os Sistemas Municipais, com a edição de chamadas públicas conjuntas, inclusive agregando recursos emparelhados pelo Sistema Nacional nas áreas de interesse comum.

Criar unidade de qualificação de agentes locais de inovação para proposição e elaboração de projetos com vistas à captação de recursos, somando esforços com entes federais e regionais.

Incentivar e apoiar a implantação de programas de financiamento de projetos inovadores nos municípios.

Articular instituições locais de CT&I e EI para reposicionamento do Conselho Estadual de CT&I.

Atualizar o marco legal de CT&I no Estado, adaptando-o às demandas e especificidades regionais.

Pesquisa, Desenvolvimento e Empreendedorismo Inovador na Paraíba.

Articular a integração de chamadas públicas / programas de atração de empreendimentos inovadores / programas de bolsas (nível médio, especialistas, mestres e doutores) em setores estratégicos para o Estado.

Reforçar e ampliar as competências técnico-científicas nos setores tecnológicos / econômicos estratégicos para o desenvolvimento local e regional.

Atrair unidades descentralizadas de institutos nacionais / internacionais de pesquisa (público e/ou privado), incentivando sub-sedes / campi avançados / núcleos especializados para o Estado.

Fortalecer os polos estaduais de inovação e estimular a estruturação de novos polos articulados com as principais cadeias produtivas de interesse para o Estado.

Fortalecer e consolidar a infraestrutura de CT&I voltada para as características do ambiente estadual/regional.

Apoiar programas locais de suporte à Inovação em parceria com Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos.

Articular e apoiar expansão do Parque Tecnológico existente, considerando a implantação de modelos de parques urbanos de terceira geração.

CT&I e EI para o Desenvolvimento Social Local e Regional.

Incentivar Programas Estaduais/Municipais de apoio às Incubadoras de Negócios (Tradicionais, Mistas, Sociais, em parceria com SEBRAE & Fundação PaqTcPB&outros).

Elaborar Plano Diretor de investimentos em CT&I e EI, para subsidiar a alocação de recursos oriundos de Emendas Parlamentares, dentre outras fontes.

Incentivar e apoiar parcerias para Programas de TIC / Economia Criativa / Tecnologias Limpas / Saúde Pública/ Energias Renováveis / Serviços Inteligentes.

Instituir Programa de identificação e apoio aos jovens talentos, complementares a Programas Federais (apoiados e incentivados / MEC).

Assegurar o acesso e padrão de excelência em conectividade em todo o Estado, através da consolidação da Rede de Alto Desempenho do Estado (REPAD).

Apoiar Programas Estaduais / Locais de Educação para difusão da ciência, abrangendo iniciativas de apoio aos Museus.

Apoiar a implantação de CVT sem áreas estratégicas.

Promover iniciativas para a adequação de espaços, equipamentos e equipes para atendimento a pessoas com necessidades especiais, com ênfase em inclusão digital.

b2) Política Industrial

O investimento governamental em novas infraestruturas modernas para os distritos industriais tem gerado ganhos para o Estado. Por exemplo, tem atraído grandes empresas para o Distrito Industrial de Caaporã, como as empresas Votorantim, Moais, LM-CAME e Paulista Praia Hotel. Juntas elas investirão mais de R\$ 700 milhões e gerarão 585 empregos diretos.

Propõe-se:

1. Adequar os distritos industriais já existentes à dinâmica moderna dos setores industriais, de maneira a viabilizar a infraestrutura ligada ao fornecimento de fibra óptica, gás natural e ambientação compatível com os distritos empresariais e condomínios logísticos já existentes;
2. Adotar modelo de gestão profissionalizado nos distritos, de forma a fazer com que esses tenham sempre em seu entorno espaço de ampliação de novas atividades empresariais;
3. Abrir novos espaços empresariais no interior do Estado, com a adoção de modelos mistos de convivência, para que os ramos logísticos,

industriais, empresariais e de serviços atuem de maneira complementar e competitiva.

Reforço e criação de Pólos Temáticos de Desenvolvimento

Alguns pólos temáticos já são economicamente consolidados na Paraíba, sendo eles: 1) o cerâmico; 2) o têxtil; 3) o mineral; 4) de informática e; 5) o coureiro/calçadista. O pólo cerâmico deverá assumir a primeira posição na produção nacional, diante da riqueza do solo e da abundância de gás natural na região. O pólo têxtil se firma como uma das mais tradicionais por todo o estado, conseguindo inclusive inovar, como no caso da produção de algodão colorido. O pólo mineral é diversificado e possui potencial para descoberta de novos insumos, como na produção de minerais não-metálicos e com extensas reservas de granito e argilas comuns. O pólo de informática tem como base o capital humano que reside em Campina Grande. Os departamentos de Sistemas e Computação e de Engenharia Elétrica da UFCG consegue unir esforços e gerar Parcerias Público-Privada (PPP) na produção e comercialização de softwares. O pólo coureiro-calçadista ocupa aproximadamente 14 mil trabalhadores no Estado, em funções diretas e indiretas, e tendo como pólo geográfico a região metropolitana de João Pessoa, Campina Grande e Patos.

Do ponto de vista prospectivo, 14 cadeias produtivas foram abarcadas no Módulo Desenvolvimento Industrial do Relatório "Eixos do Desenvolvimento", onde se avalia que algumas cadeias possuem maior potencial para se expandir nos próximos anos, enquanto que outras precisam passar por melhores avaliações. Com base na ideia de verticalização, isto é, a capacidade de gerar subprodutos para toda a cadeia produtiva e dar dinamicidade para a economia, seis foram analisadas como cadeias com potencialidades.

Propõe-se:

1. Fortalecer a cadeia produtiva do calcário, diante da riqueza do solo paraibano e da liderança do Estado na produção nacional;
2. Fortalecer a cadeia produtiva da cerâmica, diante das matérias-primas existentes no Estado;
3. Expandir a cadeia produtiva das rochas ornamentais, através da exportação e investigação de novas espécies de gemas e pedras;
4. Estimular a cadeia produtiva de químicos (fármacos), diante do alto valor agregado existente nos produtos finais;
5. Apoiar a cadeia produtiva de tecnologia da informação e comunicação, com o suporte às parcerias público-privada, com foco para os recursos humanos em Campina Grande;
6. Estimular a cadeia produtiva da hortifruticultura no interior do Estado, através da revitalização do Canal da Redenção e o fornecimento de água para agricultura da região e;
7. Desenvolver as potencialidades da complexa cadeia produtiva do Artesanato e divulgar os produtos desse setor nacionalmente
8. Dinamizar a cadeia produtiva de móveis e artefatos de madeira.

b3) Turismo

O Turismo tem sido uma das principais atividades propulsora do desenvolvimento da Paraíba. O estado é conhecido por suas belezas naturais, rico também por sua fascinante história, sua culinária ímpar, pela hospitalidade de seu povo e por uma boa infra-estrutura de recepção ao turista. A Paraíba reúne as belezas da Capital João Pessoa com os destacados eventos no interior, como o São João de Campina Grande. O setor é um dos grandes motores da economia e deverá continuar aquecido nos próximos anos, tornando-se atrativo para o investidor, especialmente, das áreas de hotelaria e eventos.

Propõe-se:

1. A criação de mecanismos de melhoria da infraestrutura destinadas do setor de turismo;
2. A fomentação de programas de normatização e capacitação da atividade profissional, buscando a melhoria na qualidade do serviço prestado pelo setor turístico do estado;
3. A ampliação e o fomento de cadeias de serviços ligadas ao setor, especialmente, no ramo hoteleiro e de eventos;
4. A atração de redes hoteleiras de grande porte objetivando o incremento na qualidade da hospedagem e o aumento no número de leitos disponíveis para turistas;
5. O incentivo e ampliação do turismo de negócio através da captação de eventos nacionais e internacionais a serem realizados no Centro de Convenções de João Pessoa;
6. A ampliação e o incremento dos eventos consolidados no interior, com o apoio do governo, como o São João de Campina Grande, o Circuito do Frio, o Bregareia, entre outros;
7. A consolidação da Semana Náutica da Paraíba como o maior evento do nordeste no setor náutico, de forma que seja possível o fomento de toda a cadeia produtiva ligada à indústria náutica.

b4) Couro e Calçados

A indústria do couro e do calçado é uma das mais promissoras da economia da Paraíba e coloca o estado em 3º lugar do Brasil no que se refere à produção de calçados, fabricando cerca de 250 milhões de pares por ano. A relevante importância deste segmento demandará uma atenção ainda por parte do governo nos próximos anos. O Pólo Coureiro-Calçadista é constituído por seis cidades, empregando mais de 25 mil pessoas em aproximadamente 400 empresas do ramo. A Paraíba tornou-se assim a segunda maior exportadora do país no setor calçadista. Na cidade de Campina Grande está localizada a maioria das empresas do setor. Neste município está situado o Centro de Tecnologia de Couro e Calçados Albano Franco, onde se busca desenvolver atividade de educação profissional e consultoria técnica.

Propõe-se:

1. O aumento na participação do governo na articulação de empresários do setor a fim que seja possível ocupar maiores espaços em importantes feiras nacionais, como “Couro Moda” e “Franca”;
2. Viabilizar missões técnicas para empresas de pequeno e médio porte a unidades produtoras fora do país, vislumbrando a melhor na qualidade dos produtos produzidos na Paraíba e a adequação destes ao padrão empreendido nos grandes centros mundiais;
3. Criar programas dirigidos ao setor de calçados em parceria com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
4. Capacitação de corpo técnico através de parceria com o Sistema “S”, possibilitando uma maior qualificação dos recursos humanos disponíveis para o setor;
5. Criar e incentivar ambientes específicos de apoio e capacitação no estado, e expandi-lo para o interior;
6. Potencializar a feira “Gira Calçados” e transformá-la em referência no calendário de eventos nacionais do setor.

b5) Energia renovável

O setor energético é sempre um dos mais importantes em qualquer economia, e não seria diferente no caso da Paraíba. Entretanto, além das formas de exploração energéticas tradicionais, o estado vem buscando ampliar e consolidar o mercado de energia renovável. As fontes de energia limpa além de ser uma opção de crescimento sustentável, substituindo gradativamente a utilização dos combustíveis fósseis, tem se apresentado como uma forma de atividade econômica rentável. No caso paraibano tem-se um grande potencial para a geração de Energia Eólica e Solar. O litoral norte detém as condições fundamentais para a captação desse tipo de energia, especialmente, por contar com ventos que atingem a velocidade necessária, e alimentam cerca de 70 geradores, capazes de abastecer 40 mil residências. A Energia Solar também poderá ser amplamente explorada devido a alta incidência da luz solar no estado. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o município de Coremas encontra-se na região de maior incidência da radiação solar do Brasil. Por isso, há uma enorme potencialidade no setor, que deverá ser mais e melhor explorada nos próximos anos.

Propõe-se:

1. Criar leis e mecanismos para incentivar a inclusão de unidades geradoras de energia solar no interior do estado;
2. Transformar a Paraíba em um ambiente favorável a produção de Energia Eólica;
3. Incluir a matriz de energia renovável como parte integrante do consumo energético da Paraíba.

b6) Serviços

Nos últimos três anos o setor de Serviços foi o que mais gerou empregos na Paraíba. O Estado alcançou a primeira posição entre os Estados com maior variação positiva no volume de empregos

Tendo em vista que a implantação de três *Call Centers* nos últimos dois anos gerou cerca de 16.500 empregos diretos no Estado, sendo um salto em termos de empregos formais no setor de Serviços.

Propõe-se:

1. Desenvolver um programa de capacitação contínua dirigida à mão-de-obra do setor de serviços, a fim de torná-la competitiva nacionalmente;
2. Elaborar um modelo de atração de atividades de CallCenters, com o intuito de disseminar esse ramo para o interior do Estado;
3. Atrair empresas que possam prover atividades diretas e/ou complementares para o setor de Serviços como um todo.

b7) Agricultura

Criar um processo de levantamento de dados em cima dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelas instituições públicas, privadas e organizações não governamentais para desenvolver ações práticas minimizando a seca dos anos posteriores, projetos de produção no semiárido. Exemplo: Barragem subterrânea, multiplicação da palma resistente à cochonilha do carmim;

Programas de desenvolvimento local integrado e/ou agroindustrial específicos para as bacias hidrográficas e identificar necessidades hídricas de cada região com base nas bacias: Bacia de Mamanguape; Bacia do Paraíba (Baixo, médio e alto Paraíba); Bacia do Espinhara; Bacia do Piancó; Bacia do Piranhas (alto piranhas, médio piranhas e rio do peixe); Bacia do Taperoá.

Mapeamento das áreas desertificadas do Estado da Paraíba e criação de políticas públicas ligadas a agricultura capazes de minimizar os efeitos e consequências das ações;

Desenvolvimento de uma política pública voltada para educação no campo, inserindo alunos e professores com foco na realidade rural capaz de estimular o interesse das futuras gerações nas atividades agrícolas.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Criação de uma Agência de Defesa Agropecuária com o objetivo de elaborar, coordenar e executar a política estadual de defesa agropecuária procurando assegurar

a sanidade das populações vegetais à saúde dos rebanhos animais, a idoneidade dos insumos dos serviços utilizados na agropecuária, condição higiênico sanitária e a tecnologia dos produtos agropecuários destinados ao consumo humano e a integração da saúde animal e vegetal e da agroindústria com o meio ambiente;

Produção de forragem irrigada num programa estadual que subsidiará o abastecimento da base produtiva do semiárido paraibano;

Revitalização e Gestão de utilização dos parques de exposições elaborando um calendário de eventos agropecuários para estimular a comercialização de raças melhoradas geneticamente no Estado.

BOVINOCULTURA LEITEIRA

Pesquisa Genética de animais (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA);

Transferência de tecnologia – embriões, inseminação artificial, nutrição animal – em parceria com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e o setor privado;

Assistência técnica para a formação de pastagens irrigadas.

CANA DE AÇÚCAR

Indústria de etanol/bioenergia na área de influência do Canal da Vertente;

Fortalecimento da agroindústria de cachaça e de rapadura no brejo paraibano, sob a influência do Canal das Vertentes;

Pesquisa, com parceria EMEPA/MAPA/EMBRAPA, visando à agregação de valores produtos da cana de açúcar (especialmente cachaça e rapadura) e a criação de uma estação agroindustrial na fazenda experimental de Alagoinha;

FRUTICULTURA

Pesquisa, da EMEPA em parceria com a EMBRAPA, para a produção de mudas de frutas;

Transferência da tecnologia de mudas por intermédio de parceria entre EMBRAPA, EMATER e setor privado;

Abastecimento do mercado aberto e oficial em todo o Estado da Paraíba, por meio de utilização racional da estrutura da EMPRESA Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA, visando implementar o controle sanitário e tributário;

Proposta de adequação da legislação de fiscalização, controle, punição e certificação dos produtos da fruticultura, visando adequá-la à norma federal e proporcionar a entrada em outros mercados sem os obstáculos das barreiras comerciais atualmente existentes;

Assistência técnica pela EMATER em parceria com o setor privados e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
Pesquisa, com parceria MAPA/EMBRAPA, visando o uso racional de defensivos agrícolas na produção e armazenamento de frutas e seus derivados, bem como o controle orgânico de pragas e doenças na fruticultura do Estado.

PESCA

Revitalização dos açudes que passaram por um prolongado período de estiagem e aquisição de alevinos para repovoamento;

Zoneamento das ações da pesca de acordo com os potenciais específicos das bacias hidrográficas de cada sistema de produção adaptado à realidade local;

Desenvolver políticas de criação e cultivo em reservatórios e poços que possuem águas excessivamente salinas que são impróprias para agricultura, pecuária e consumo humano, mas perfeitas para criação de camarões e peixes;

AGRICULTURA FAMILIAR

GRÃOS

Aumentar a eficácia da distribuição do programa de sementes tendo como base as ações já desenvolvidas pelo setor social, com as "sementes da paixão";

CADEIAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURAFAMILIAR

Focar o apoio e assistência técnica em gestão e empreendimentos de economia solidária, amparando as organizações de agricultores e fomentando o associativismo e cooperativismo. Ampliar a pequena agroindústria de base familiar, incluindo a criação de unidades móveis de beneficiamento, agregando valor aos produtos.

Artesanato

Fortalecimento e qualificação dos produtos para inserção de mercado em conjunto com a SETDE.

Caprinovinocultura

Apoio aos projetos básicos de produção de forragem, racionalização dos recursos hídricos, melhoramento genético e convivência com o semiárido.

Apicultura

Apoio à produção sustentável com respeito ao meio ambiente, beneficiamento e comercialização.

Fruticultura

Apoio à fruticultura de base familiar com a racionalização da irrigação, e fomento as estruturas de beneficiamento e comercialização;

Horticultura

Apoio às feiras agroecológicas e certificação participativa com a racionalização da irrigação;

Mandiocultura

Apoio às agroindústrias de beneficiamento de mandiocas e fortalecimento da cadeia de tubérculos para abastecer os mercados.

Avicultura

Criação de uma estrutura capaz de viabilizar a produção de aves e ovos caipiras, bem como a produção de ração alternativa para atendimento dos criadores, produção de pintos em escala para reposição dos planteis e atendimento das unidades de abate nas regiões do Cariri e Brejo Paraibano.

IRRIGAÇÃO

Elaboração do Plano Diretor de Agricultura Irrigada da Paraíba (Pai-Pb)

Estudos, projetos e implantação de novos perímetros irrigados, principalmente na área do canal da vertente litorânea (Canal Acauã - Araçagi)

Elaboração de projeto técnico e modernização da infraestrutura dos projetos de irrigação existentes

Dar continuidade ao programa tarifa verde com foco na agricultura familiar

Implantar o programa de modernização dos sistemas de irrigação difusos da agricultura familiar

Implantar o programa de instalação de kits de irrigação com energia alternativa (solar) na agricultura familiar

b8) Meio Ambiente

Teremos como principal diretriz para a política ambiental o desenvolvimento sustentável, discutindo com a sociedade, um conjunto de metas socioambientais de curto, médio e longo prazo para o Estado.

Teremos com propostas:

Planejamento para a sustentabilidade
Incentivo às atividades sustentáveis
Estímulo à geração de empregos verdes
Preservação da biodiversidade

Manter os instrumentos de planejamento e planos diretores, nos diversos segmentos que envolvem o meio ambiente, devidamente atualizados, tendo como base as informações advindas de sistemas de monitoramento e gestão dos recursos ambientais, em sintonia com os órgãos envolvidos como Ibama, Conama e órgãos fiscalizadores, permitirá a definição de políticas públicas consistentes voltadas para o desenvolvimento sustentável das diversas regiões do estado, com suas especificidades próprias.

Agora é tempo para ampliar e consolidar a qualidade de vida da população paraibana com intervenções na área do Meio Ambiente. Entenda-se Meio Ambiente de uma forma mais ampla onde se possa intervir em várias frentes visando a preservação e conservação dos recursos naturais e, sobretudo a água neste estado que tem a menor disponibilidade hídrica da federação, em termos de m³/habitante/ano, inferior aos padrões definidos pelas nações unidas.

b9) Recursos Hídricos

Gestão e Conservação das Águas

Efetiva implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos nas legislações estadual e federal (monitoramento regular da quantidade de água, do tempo e do clima, outorga pelo uso da água e lançamento de efluentes, fiscalização, cobrança pelo uso da água bruta). Fortalecimento do órgão gestor (AESAs) (concurso público, desenvolvimento organizacional e gestão de tecnologia e processos). Realização de cadastro estadual dos usuários de água. Controle de abertura de comportas. Despoluição dos corpos hídricos. Recomposição e gestão das APP's dos açudes e cursos de água. Priorizar investimentos em construção de estações de tratamento de esgotos. Gestão da qualidade da água da água.

Construção e Manutenção de Infraestrutura Hídrica

Planejamento e implantação de redes de abastecimento por meio das águas advindas da Integração do Rio São Francisco. Sistemas adutores de grande porte para atender centros de consumo e desenvolvimento. Construção de novas barragens para fortalecer a disponibilidade hídrica nas regiões do Brejo e Litoral, perfuração de poços especialmente para atender às demandas geograficamente dispersas, barragens subterrâneas em áreas da pequena produção, cisternas como forma complementar do pequeno abastecimento e produtividade, áreas de captação de água de chuva. Recuperação de barragens, poços desativados, sistemas de dessalinização, canais e adutoras. Programas de incentivo ao uso racional da água na agricultura irrigada.

Desenvolvimento de Recursos Humanos de Alto Nível

Programas para atuar na formação interdisciplinar de recursos humanos, com a produção de conhecimentos e metodologias integradoras, além da disseminação e intercâmbio de informações e experiências. Motivação para capacitação da mão de obra existente por meio da formação em níveis técnicos, médio, superior, mestrado e doutorado. Realização de concursos públicos para provimento de quadro efetivo dos órgãos de gestão de água.

Integração de Recursos Hídricos

Integração das águas dos maiores mananciais do Estado pelo compartilhamento entre suas bacias hidrográficas, permitindo maior flexibilidade operacional em períodos de crise. Integração institucional entre os que trabalham no setor em todas as dimensões operacionais, financeiras e pesquisa. Buscar a maior eficiência na alocação dos recursos hídricos segundo a lógica das bacias hidrográficas, recuperando os mananciais de montante para jusante.

Segurança hídrica e Sistemas Hídricos de Sobrevivência

Ampliar as ações de manejo e aproveitamento das águas de chuva. Gestão de risco e convivência com mudanças climáticas. Resiliência dos sistemas hídricos e disponibilidade de água. Construção de sistemas alternativos de produção de água, tais como poços tubulares e amazonas, barragens subterrâneas, dessalinizadores, pequenas adutoras, cisternas, áreas de captação de água de chuva, programas de distribuição de água por carros pipas. Implantação de sistemas emergenciais de abastecimento de água.

Transparência e Participação Popular.

Reforçar aspectos do desenvolvimento sustentável acesso a novas tecnologias e modernizar a pauta de votações e a grade de atuação dos colegiados que integram o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, com incentivo a posturas inovadoras e discussões estratégicas. Treinamento contínuo dos integrantes dos comitês de bacias hidrográficas e conselho de recursos hídricos por meio de ações articuladas com as instituições superiores de ensino. Integração das políticas públicas, particularmente entre os programas de segurança alimentar, tarifas populares e orçamento participativo, com a gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos.

c) Política de Desenvolvimento Social

c1) Segurança Pública

O Governo prevê para a Segurança Pública nos próximos anos a continuidade e o aperfeiçoamento do programa **Paraíba Unida Pela Paz**, idealizado após a realização de Fórum de mesmo nome, que ocorreu em João Pessoa-PB, no mês de julho de 2011, com a participação da sociedade civil, da universidade e dos trabalhadores da área de segurança. O objetivo foi a construção de um Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, a partir das demandas apontadas pelas câmaras e de um diagnóstico elaborado por técnicos da pasta, com formação em Análise Criminal e Estatística, a fim de enfrentar a problemática da violência de forma sistêmica dentro de uma concepção de política de Estado, permanente, integrada e participativa.

No citado diagnóstico elaborado em 2011, observou-se, além das mudanças estruturais necessárias e do crescimento dos índices de criminalidade nos últimos dez anos, a necessidade de uma política de melhoria da estrutura física, inclusão tecnológica (comunicação e informatização) e recursos humanos. Foi prioridade a adoção de um modelo de gestão que pudesse integrar os órgãos operativos da Seds - Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil, além de articular com outras Secretarias e demais órgãos do sistema criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública), em busca de uma gestão compartilhada e orientada por resultado. A participação da sociedade na política de Segurança também foi importante, visando assegurar o encaminhamento das demandas sociais e dos resultados obtidos durante a gestão.

Na última década, constatou-se no País uma escalada no aumento dos índices de criminalidade, notadamente, dos crimes contra a vida e o patrimônio. Vale ressaltar que no ano de 2010, segundo estudo do IPEA, a taxa de homicídio no Brasil foi de aproximadamente 27 homicídios por grupo de 100 mil habitantes e de acordo com análise mais recente, do Mapa da Violência 2014, com dados de 2010 a 2012, chegou a 29 homicídios por 100 mil habitantes. Na Paraíba, o número de homicídios no ano 2000 foi de 507 e a partir de 2002 houve crescimento consecutivo até 2010 (quando ocorreram 1.563 homicídios no Estado). Somente do ano de 2009 para 2010, HOUVE UM AUMENTO DE 24,9%, o que elevou a taxa de assassinatos no Estado para 41,5 por grupo de 100 mil habitantes.

A partir da implantação do Programa Paraíba Unida Pela Paz o Estado apresentou, já em 2011, uma desaceleração, tendo em vista que subiu 7% em relação ao ano de 2010.

No ano de 2012, houve uma redução 8,21% no número de assassinatos em relação a 2011, e no ano 2013 a redução foi de 0,3%. No primeiro semestre de 2014, a Paraíba já acumula uma redução de 12,88% em relação ao mesmo período do ano anterior.

PROPOSTAS ESTRUTURANTES

De ordem legal e com o objetivo de:

- a) Dar continuidade à implantação da compatibilização das áreas integradas previstas na Lei Complementar estadual nº 111/2012;
- b) Projeto de Lei complementar instituindo a Corregedoria Geral e única;
- c) Efetivação do sistema estadual de inteligência policial previsto na Lei estadual nº 10.338 recentemente publicada no dia 02.07.2014.

De ordem tecnológica

- a) Investimento no sistema de comunicação digital para dados e voz (rádio comunicação).
- b) Informatização da Polícia Civil.

De Gestão

Aperfeiçoamento do modelo de gestão orientado por resultado
Prioridade na diminuição dos crimes contra a vida e o Patrimônio

1. ESTRUTURA FÍSICA

1.1 Continuidade da melhoria das instalações das delegacias de Polícia Civil, das unidades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, com a construção e/ou reforma das seguintes estruturas: Instituto de Polícia Científica (IPC) em Campina Grande, da Acadepol e Central de Polícia, ambas na Capital, Delegacia de Parari, Delegacia de Mari, reforma e ampliação dos prédios da Central de Polícia de Campina Grande e de Catolé do Rocha, do Corpo de Bombeiros de Pombal, Companhia da Polícia Militar de Sapé e do Instituto de Polícia Científica de Guarabira, entre várias outras obras, para atender a completa implantação do processo de compatibilização das áreas integradas de segurança pública (AISP), instituídas nos termos da Lei Complementar Estadual nº 111/2012.

1.2 Melhoria da estrutura física, das instalações, dos equipamentos e adequação do Centro Integrado de Operações - CIOP, nas três Regiões Integradas de Segurança Pública - REISP, com objetivo de dobrar a capacidade de atendimento à população, conforme instituído na Lei Complementar Estadual nº 111/2012.

2 - ESTRUTURA TECNOLÓGICA E DE EQUIPAMENTOS

2.1 Ampliação e melhoria da estrutura da rede lógica para transmissão de dados, com o objetivo de integrar as ações dos órgãos operativos, melhorar a sua eficiência;

2.2 Aquisição de equipamentos e sistemas de informática para expansão e melhoria dos Centros Integrados de Operação - CIOP nas três Regiões Integradas - REISP (Região Metropolitana, Campina Grande e Patos):

2.3 - Aquisição e instalações dos sítios digitais para o sistema de rádio comunicação da Segurança e da Defesa Social;

2.4 Aquisição e implantação completa do sistema digital de rádio comunicação para os órgãos operativos que compõem o sistema de Segurança do Estado, em substituição ao sistema analógico existente, incluindo:

- a) Rádios digitais fixos, móveis e sistema de localização, GPS nos rádios e viaturas;
- b) Efetivar o processo, em andamento, do Laboratório de Lavagem de dinheiro.

2.5 Aquisição de equipamentos e sistema de informação para informatização das Delegacias e demais unidades da Polícia Civil, dando continuidade ao processo de informatização em andamento nos órgãos de segurança, cujo sistema já foi implantado na Polícia Militar, Corpo de Bombeiro e Instituto de Polícia Científica.

2.6 Efetivação e ampliação do projeto de videomonitoramento das vias públicas da Capital e da Cidade de Campina Grande, bem como, na utilização de rodovias estaduais pelo policiamento rodoviário estadual.

2.7 Aquisição de equipamentos e outras ações de investimentos para a efetivação do Sistema Estadual de inteligência, de Segurança e Defesa Social do Estado da Paraíba instituído pela Lei estadual nº 10.338, de 2 de julho de 2014.

2.8 Aperfeiçoar o processo de reaparelhamento dos órgãos operativos com a continuação e ampliação da locação e/ou aquisição de veículos especiais e outros equipamentos para a patrulha rural, bombeiros militares e para a Polícia Científica.

2.9 Continuação e ampliação do processo de locação para renovação da frota de veículos para os órgãos da Segurança.

2.10 Ampliar o processo de aquisição de armamento equipamentos de proteção individual para os policiais civis e militares, buscando universalizar os equipamentos como colete balístico, armamento de porte individual, rádio transceptor, etc para os profissionais em atividade operacional.

2.11 Adquirir equipamentos necessários ao funcionamento do Grupo Tático Aéreo (GTA).

3 RECURSOS HUMANOS E DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Adoção de uma política de recompletamento de efetivo para recompor, anualmente, o quadro de servidores que saem para reserva ou aposentadoria.

3.2 Implementação de uma política para ingresso de policiais por meio de concurso público a ser realizado no máximo a cada três anos fundamentada em estudo com critérios técnicos para suprir a necessidade de efetivo, tendo como parâmetros principais os índices de criminalidade de cada Região Integrada - REISP e o aumento da população nas cidades e no campo.

3.3 Aumento do investimento na política de capacitação dos policiais e demais servidores que integram a pasta da segurança pública.

3.4 Uma política de valorização do capital humano consistente em uma política de melhoria salarial e remuneração indireta por cumprimento de metas.

3.5 Ampliar o programa de habitação para os profissionais de segurança, garantindo moradia digna e segura.

3.6 Valorização dos profissionais de segurança pública, incluindo os agentes penitenciários e servidores da área de apoio administrativo.

3.7 Predominância do critério técnico e pelo merecimento no processo de promoção.

3.8 Preparar e aperfeiçoar o processo de capacitação dos policiais que integrarão o efetivo do Grupo Tático Aéreo - GTA.

DO PROCESSO GESTÃO E DA ATIVIDADE OPERACIONAL

1. LINHAS DE ATUAÇÃO

1.1 A INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO - aperfeiçoar o processo de integração entre os órgãos operativos e articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e a participação dos segmentos sociais com o objetivo de maior eficiência na gestão compartilhada, territorializada e articulada com os governos federal, municipal e com as políticas sociais.

1.2 APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL - promover a readequação e modernização de processos, protocolos e rotinas diretamente relacionados à capacidade técnica operacional das organizações policiais e do Sistema de Justiça Criminal.

1.3 - PREVENÇÃO SOCIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA - criar mecanismo de atuação e de transversalidade das ações de Governo para executar programas que atuem para evitar que o crime aconteça, alterando as condições sociais e que influenciem na atividade criminosa, principalmente, nas áreas de maior vulnerabilidade social.

1.4 - GESTÃO DO CONHECIMENTO - efetivar a consolidação do Sistema Estadual de Inteligência instituído pela Lei estadual nº 10.338 de 02.07.2014, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de integração e compartilhamento dos dados, bem como a divulgação sistêmica do conhecimento dos dados de inteligência entre os órgãos operativos.

1.5 - REPRESSÃO QUALIFICADA - redução da criminalidade com a melhoria da eficiência dos órgãos operativos, mediante a utilização de ferramentas de georeferenciamento, análise criminal e estatística e do Sistema de Inteligência Policial instituído no Estado pela Lei 10.338/2014 e aumentar a resolução da polícia judiciária, com objetivo de, ainda mais, evitar o confronto policial, preservar a vida e diminuir a impunidade.

DO MODELO DE GESTÃO

O modelo adotado pelo Programa Paraíba Unida pela Paz busca a construção de uma política de Estado, contínua, permanente, compartilhada e tendo como pressupostos básicos o pioneirismo em discutir a segurança pública com a sociedade civil e uma gestão operacional orientada por resultado de uma Polícia cada vez mais eficiente e solidária.

Foram eleitas e priorizadas algumas vertentes como compatibilização territorial, inteligência integrada e planejamento operacional, dentro de uma concepção de gestão a partir de liderança, conhecimento das ações e metodologia.

O programa Paraíba Unida Pela Paz tem na sua estrutura o Comitê de Governança (presidido diretamente pelo governador), o Comitê Gestor Executivo, além das câmaras técnicas e de articulação a exemplo de: Prevenção Social; Segurança Pública e Defesa Social; Enfrentamento às Drogas; Administração Prisional; e Articulação do Ministério Público, do Poder Judiciário e Defensoria Pública.

Face ao exposto, serão adotadas medidas para aperfeiçoar a atuação dos Comitês e das Câmaras já existentes, a exemplo da Câmara de Segurança e Defesa Social e Câmara de articulação do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria, bem como a instalação das demais câmaras previstas no referido programa.

OUTRAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1 Política de enfrentamento a violência doméstica e de gênero.

1.1 Aperfeiçoar e ampliar o programa Mulher protegida.

1.2 Ampliar a distribuição dos equipamentos SOS Mulher.

1.3 Criar Estrutura de núcleos especializados de Atendimento à Mulher nas AIPs onde não Delegacia Especializada da Mulher para atender à demandas reprimidas

2.2 Melhor o atendimento e aperfeiçoar a política para os grupos GLBT e idosos.

3. Implementação de uma política de educação para o trânsito conforme já determina a lei.

c2) Saúde

Implementar processos de gestão em saúde visando a qualificação da atenção através do trabalho para fortalecer os padrões técnico-gerenciais; a prática da intersetorialidade; e a participação popular, buscando a ampliação da eficiência e da efetividade na transformação positiva das realidades sanitárias no Estado da Paraíba.

REDES DE ATENÇÃO

a. Integrar o desenvolvimento das Redes de Atenção em Saúde (Rede de Atenção Obstétrica e Neonatal - Rede Cegonha; Rede de Atenção às Urgências e Emergências; Rede de Atenção Psicossocial; Rede de Atenção às Condições e Doenças Crônicas; e Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência) com ênfase na descentralização das ações a partir do desenho regional definido no Plano de Regionalização da Saúde da Paraíba.

ASSISTÊNCIA

b. Empreender esforços no sentido de qualificar a atenção à saúde, independente do seu nível de complexidade, a partir das premissas do cuidado multiprofissional e humanizado, de alto padrão técnico, associado a adequada incorporação tecnológica, considerando o conjunto regionalizado da rede de serviços de saúde.

APOIO DIAGNÓSTICO

c. Desenvolver um Programa de Ampliação do Acesso e Descentralização de Ações Especializadas em Saúde, contemplando a Rede de Hemoterapia, os Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), Assistência Farmacêutica, e Consultas Especializadas em diferentes áreas profissionais da saúde.

FORMAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO

d. Desenvolver e ofertar programas de educação visando a formação, desenvolvimento e qualificação da força de trabalho em saúde, segundo as necessidades prioritárias da rede pública de saúde, pautado pelo perfil demográfico e epidemiológico das Regiões de Saúde.

DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

e. Promover ações de modernização e desenvolvimento gerencial, incluindo aquelas relacionadas à Gestão da Informação; Tecnologia da Informação; Gerenciamento de Projetos; e Acompanhamento de Contratos de Gestão.

c3) Educação

O que move este Governo na área da Educação é a certeza de que é possível, por meio dela, transformar a sociedade. Uma revolução feita com a educação pública de qualidade. Só uma população letrada, preparada educacionalmente, pode manter para si as rédeas do processo construtivo de uma nova sociedade, mais justa e igualitária.

Na Paraíba essa revolução já começou. Mudamos radicalmente a rota: saímos do trajeto do descaso, do desmando, da negligência, do desrespeito com o dinheiro público da educação, para um novo destino, um novo caminho, um caminho de gestão participativa.

Ouvindo a população, a comunidade escolar, as lideranças nos municípios, os professores e os alunos da rede, pudemos traçar ações que nos últimos quatro anos estão transformando a realidade da Escola. Equipamos as escolas dando passos largos em direção à renovação da prática escolar. Iniciamos a recuperação da rede física, investimos em equipamentos pedagógicos e na formação dos professores, alargando os caminhos da educação, com ousadia e responsabilidade, na perspectiva de que educação, para este governo, é a esperança no futuro.

Nosso grande objetivo é uma Educação de qualidade, inclusiva e adequada para a formação do cidadão que vive numa sociedade democrática do século XXI, capaz de exercer em plenitude a sua cidadania. Uma Educação democrática, que valorize a construção de educandos livres, críticos, criativos, capazes de ler o mundo e modificá-lo.

E, para isso, vamos continuar nossas ações de governo nos próximos quatro anos, respeitando os compromissos deste programa, que se ancora em quatro pilares fundamentais:

- **Democratização;**
- **Acesso;**
- **Permanência, e**
- **Qualidade**

Nossos compromissos:

1. Concluir a recuperação da Rede Física, ampliar e adequar a infraestrutura das Escolas:

Vamos dar continuidade às reformas previstas no Plano de Recuperação da Rede Física. Fortalecer e valorizar o controle e o acompanhamento das obras da educação, fixando um padrão inclusivo e de qualidade na estrutura física das Escolas Estaduais. Expandir a Rede Física para garantir a universalização do ensino prevista no Plano Nacional de Educação. Apoiar os municípios, por meio do PACTO SOCIAL DA PARAÍBA, com convênios para construção de unidades de Educação, contribuindo para a universalização da educação infantil no Estado, como exemplo de uma bem

sucedida experiência de colaboração entre o Governo do Estado e os Municípios Paraibanos.

2. Garantir a incorporação de tecnologias na Educação e dar acesso aos alunos e professores a um ensino avançado, moderno e de qualidade.

Nos próximos quatro anos vamos dar continuidade às ações de equipar as escolas, incorporando ainda mais a tecnologia na educação, fazendo chegar aos nossos alunos e professores os padrões tecnológicos do século XXI, garantindo ao aluno da Escola Pública Estadual da Paraíba condições de igualdade no acesso ao ensino superior e para enfrentar o mundo do trabalho. Vamos expandir a rede de laboratório. Garantir o fornecimento e uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando. Ampliar a informatização da gestão da educação, dotando a Secretaria, as Regionais e as Escolas com equipamentos, sistemas de informações e conexão em rede de boa qualidade. Fortalecer a Educação a Distância. Desenvolver, em parceria com Instituições de Ensino Superior, cursos e programas educativos apropriados, especialmente a produção de software educativos de qualidade.

3. Investir na Formação Docente e Valorizar o Professor

Nosso compromisso com o professor tem a importância do reconhecimento do seu papel em um ensino de qualidade. O problema do acesso à educação na Paraíba já não é o nosso maior desafio. A oferta de ensino, as vagas disponíveis nas várias modalidades demonstram que não existem grandes estrangulamentos, a dificuldade maior é melhorar a qualidade da educação ofertada. A escola tem o dever de construir o conhecimento que prepare adequadamente seus alunos para a vida social e para o mundo do trabalho. E o professor está no centro desse desafio. Assim, vamos realizar novos concursos públicos, ampliando o quadro permanente do magistério estadual, garantindo segurança, respeito e estabilidade para o professor. Dar continuidade e ampliar os programas de formação docente, garantindo aperfeiçoamento contínuo de professores. Garantir o Piso Salarial e fortalecer os programas de premiação por mérito. Aperfeiçoar o Plano de Carreira do Magistério garantindo que a progressão na carreira tenha interface com a melhoria do ensino no Estado.

4. Garantir a Educação Inclusiva

Valorizar nos conteúdos pedagógicos os temas transversais com caráter interdisciplinar da Educação Sexual, Drogas, Educação Ambiental, Violência, Cultura Afro-brasileira, entre outros. Desenvolver ações na área da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva voltadas às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Capacitar gestores e professores para o atendimento educacional especializado. Ampliar as salas de recursos multifuncionais. Garantir acessibilidade arquitetônica nas Escolas da rede. Empreender ações de inclusão digital para alunos e professores da rede.

5. Superar o Analfabetismo

Fizemos um trabalho importante nesse quesito e a prova disso foi a redução de 21,9% para 17,3% o índice de analfabetismo no Estado. Assim, vamos dar continuidade às ações: Avançar nas ações de erradicação do analfabetismo absoluto e reduzir o analfabetismo funcional por meio do Plano Estadual de Alfabetização de Jovens e Adultos. Ampliar as parcerias com os movimentos sociais, fortalecendo a intersetorialidade e o respeito às especificidades dos públicos atendidos, garantindo assim o uso de metodologias apropriadas que potencializam o trabalho de alfabetização.

6. Avançar na Escola de Tempo Integral

Ampliar os programas de educação em tempo integral, contemplando na sua estruturação e Projeto Pedagógico as adequações físicas e pedagógicas necessárias.

7. Melhorar a Escolaridade da População

O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, considera na sua composição como elemento importante do Desenvolvimento de uma Nação o nível de escolaridade da população, ou seja, o número de anos que em média a população estuda. Esse índice melhora quando garantimos acesso e permanência dos alunos na Escola. E nesse sentido vamos ser intolerantes com a evasão. Já melhoramos nossos mecanismos de controle da frequência dos alunos e vamos: fortalecer e ampliar os programas para diminuição da evasão e da distorção idade/série; continuar o combate incessante ao analfabetismo; elaborar políticas com foco em adolescentes, jovens e adultos com o objetivo de redirecionar o currículo; estimular conteúdos consoantes com as necessidades da atualidade e das demandas do mundo do trabalho por meio da educação profissional; ampliar o Ensino Técnico e fortalecer e ampliar os programas de acesso à Universidade.

8. Fortalecer as Ações de Apoio e Assistência ao Educando

Há um conjunto de ações que auxiliam e apoiam o educando em suas múltiplas necessidades e com isso melhoram o seu acesso e permanência na Escola. Já investimos muito e vamos: garantir e melhorar as condições do transporte de alunos no Estado, fortalecendo o programa de concessão de bicicletas aos alunos e ampliando por meio do PACTO SOCIAL, a concessão de ônibus escolares para os municípios. Melhorar a qualidade da merenda, apoiando projetos inovadores e estimulando uso dos produtos da agricultura familiar. Dar continuidade aos projetos de fomento do esporte, lazer e recreação na rede de ensino, investindo em construções, equipamentos e infraestrutura nas escolas. Disseminar os projetos e as atividades culturais na Escola e garantir o acesso ao material didático, ao fardamento, à melhoria dos acervos das bibliotecas. Articular as políticas sociais, educacionais e de saúde, como estratégia de atendimento das famílias de maior vulnerabilidade social.

9. Modernizar a Gestão da Educação:

Criamos nos últimos quatro anos condições efetivas para melhorar a gestão da Educação. Nesse sentido a informatização da rede de ensino nos permite avaliar, controlar e acompanhar o desempenho de cada unidade escolar. Assim, vamos: investir na formação e aperfeiçoamento dos gestores da educação básica. Descentralizar a gestão dando mais autonomia a Escola. Fortalecer as Gerências Regionais de Educação. Melhorar a articulação entre as unidades centrais da Secretaria e as Regionais no gerenciamento da aplicação de recursos. Fortalecer as ações do Avaliando IDEPB como sistema de monitoramento e avaliação contínua de resultados.

10. Garantir a Gestão Democrática da Educação

A trajetória implantada por este Governo na área da Educação nasce do diálogo com a sociedade. Assim, vamos: ampliar a participação dos alunos na gestão da educação no Estado; aperfeiçoar as ações do Orçamento Democrático Escolar; fortalecer as ações do programa Caminhos da Gestão Participativa e criar mecanismos que valorizem as decisões colegiadas nas diferentes instâncias de gestão, prevalecendo o mérito e a capacidade profissional do servidor.

c4) Assistência Social

A Política de Assistência Social compõe, junto com a Saúde e a Previdência, o Sistema de Seguridade Social, tendo por função ofertar proteção social não contributiva para a população em situação de vulnerabilidade e, ou, com violação de direitos, por meio de prestações no campo de renda e de serviços.

Assim, a política pública de Assistência Social, se apresenta para, em conjunto com as demais políticas sociais, de defesa de direitos, econômicas e de infraestrutura, consolidar um efetivo sistema de proteção social no Estado da Paraíba.

Avanços importantes foram conquistados nos últimos anos. O maior deles foi ter colocado na pauta do Estado e da sociedade civil o princípio de que o desenvolvimento social e econômico só está instalado de fato quando atingem a todos os paraibanos com garantias de cidadania e direitos sociais, portanto, melhores condições de vida.

Entretanto, há ainda um longo caminho a percorrer na efetivação do Sistema Único de Assistência Social afiançador de proteção e segurança a todos os paraibanos.

Com a máxima **“Sempre mais e com mais qualidade”** há necessidade de avanços que se farão com a presença forte do Estado ampliando e consolidando programas como Acolher, Cidade Madura, Disque Denúncia 123, PPCAAM, dentre outros, com foco na Proteção Básica, Proteção Especial, na média e alta complexidade.

Os desafios consistem em estabelecer direitos e positivá-los, o que exige persistir nas mudanças culturais, políticas e de gestão. A garantia dos direitos fundamentais, a oportunidade para emancipação política e financeira são metas prioritárias desse programa de governo, assim como, tratar o usuário dos serviços como sujeito de direito, como cidadão, e não simplesmente por sua condição de pobreza e vulnerabilidade social, pela oferta da Proteção Social não contributiva na condição de direito socioassistencial.

Para tanto, propomos:

1-Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social-SUAS, com ampliação dos recursos orçamentários do Fundo Estadual de Assistência Social, gestão eficiente e equipe multiprofissional capacitada para assessorar os municípios.

2-Transformar a política de enfrentamento à pobreza em política de Estado, com recursos orçamentários, articulação entre as políticas públicas numa rede de proteção social e de inserção socioproductiva visando a emancipação das famílias.

3-Ampliar a capacidade técnica com a contratação de profissionais, através de Concurso Público.

4-Intensificar a Política de Capacitação Permanente do Sistema Único de Assistência Social.

5-Integrar as ações do Sistema Único de Assistência Social com toda a rede de proteção vinculada aos direitos humanos articulando-se a outros sistemas públicos, como: Sistema Nacional de Segurança Alimentar, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Sistema Nacional de Direitos Humanos, Sistema Único de Saúde, visando o alcance dos direitos sociais na perspectiva de sua universalização.

6- Aprimorar o Sistema de Informações do Estado ao Governo Federal de Assistência Social para fortalecer a vigilância socioassistencial, o monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social, produzir informações e criar indicadores para mensurar a qualidade dos serviços assistenciais prestados.

7-Garantir recursos financeiros alocados no FEAS, para implantação e implementação dos serviços regionalizados da alta complexidade.

8- Executar os serviços de alta complexidade de forma regionalizada, tais como: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e população em situação de rua, pessoas idosas e pessoas com deficiências.

9-Efetivar as ações consubstanciadas nos Planos Estaduais: Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Enfrentamento ao Trabalho Infantil; Convivência Familiar e Comunitária e o SINASE.

10- Organizar as ações da Política de Assistência Social respeitando as diferenças e especificidades regionais.

11-Ampliar a rede de serviços socioassistenciais de caráter regional para atender em proteção especial os municípios de pequeno e de médio porte.

12-Desenvolver ações de ressocialização com adolescentes em conflito com a lei em parceria com as políticas de Saúde e Educação.

13-Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, com parâmetros de qualidade dos programas e co-financiamento sua infraestrutura e funcionamento.

14-Valorizar o controle social, construindo espaços e estratégias de participação nos territórios e nas unidades de prestação de serviços, construindo uma gestão participativa.

c5) Cultura

Políticas Culturais para o fortalecimento da cultura de participação política.

Avançamos, sobretudo, no diálogo com a sociedade civil. Empoderamos suas representações e incorporamos suas reivindicações nas instâncias participativas e decisórias, a exemplo do Conselho Estadual de Política Cultural. Em sintonia com o governo, a Secretaria de Estado da Cultura efetivou uma cultura de participação política em todo o território da Paraíba. Nos últimos quatro anos, o governo se fez representar institucionalmente em mais de 200 municípios, através de debates e conferências provocados pela própria gestão ou em audiências e fóruns convocados pelos municípios. Diagnosticamos a realidade da vida cultural do estado a partir das realidades regionais, provocando nos diversos agentes culturais o exercício de expressão de suas necessidades e indignações. Hoje, os desafios para o fortalecimento da cultura de participação política residem, sobretudo, no estabelecimento de rotinas articuladas ao diálogo com a sociedade civil. Dessa forma, avaliamos como preponderantes: a) realização de Conferências Estaduais de Cultura bianualmente; b) criação dos Colegiados Setoriais de Cultura; c) realização de eleição integral para escolha dos representantes da sociedade no Conselho Estadual de Política Cultural; d) fomento à realização dos Fóruns Regionais de Cultura; e) fomento à criação do Fórum Estadual de Gestores e Dirigentes Culturais; e f) criação da Comissão Intergestores Bipartite.

Políticas Culturais para a emancipação do indivíduo.

Após alfabetizado, o indivíduo não deve contentar-se apenas com a aquisição de palavras. Deve, sobretudo, adquirir postura observadora, com voz crítica em seu cotidiano e em seus discursos. Ao campo da cultura cabe, portanto, provocá-lo sobre a sua história, munindo-lhe de conhecimento, de forma que se sinta parte daquilo e possa por si próprio, escrever e reescrever a sua própria história num sentido

verdadeiro de exercício da cidadania. Reconhecer a diversidade cultural é o primeiro passo para o fortalecimento dos traços identitários e da autoestima da população. Esse desafio requer conhecimento sobre as realidades culturais existentes no território paraibano, expressadas nos bolsões étnicos das tribos indígenas, dos povos ciganos e das comunidades quilombolas, nos espaços urbanos e nas zonas rurais, reafirmadas a partir das crenças, dos fenômenos religiosos, da mediação através dos meios de comunicação, dos processos educacionais e dos contextos sociais. Afora o reconhecimento desta diversidade, o poder público deve promover ferramentas necessárias ao processo emancipatório. Desse modo, tornam-se necessários: a) o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a diversidade cultural na Paraíba; b) a realização de capacitações de educadores da rede pública de ensino; c) a elaboração de materiais didáticos para sala de aula; d) a criação de instrumentos que premiem as ações e manifestações socioculturais do estado; e) a ampliação do Programa Cultura Viva, através da criação de novos Pontos de Cultura; f) a consolidação de ações descentralizadas e territorializadas, portanto, inclusivas; e g) o reconhecimento de grupos minoritários e aliados do processo histórico.

Políticas Culturais para o fortalecimento da cadeia produtiva da cultura.

Um efetivo sistema cultural deve incluir um conjunto de momentos imprescindíveis para a existência e o desenvolvimento do campo cultural. Ter a compreensão desses momentos e conhecer suas realidades é premissa para a realização de políticas para resultado. Ao momento de criação, invenção e inovação, avaliamos a necessidade de um edital específico para a concessão de bolsas focadas no processo criativo do autor. Já a etapa de divulgação, transmissão e difusão requer do Estado um birô de distribuição da arte paraibana, direcionado à distribuição de produtos culturais, além da criação de edital específico para ações de circulação artístico-cultural em âmbito nacional e internacional e a construção de novos equipamentos culturais multiuso. Para o momento de troca, intercâmbio e cooperação, faz-se necessário investimento na área de residência artística e no subsídio que garanta locomoção de grupos e artistas para participação em eventos no território nacional e estrangeiro. Ao momento de preservação e conservação, propõe-se o registro das manifestações ligadas às tradições culturais e a ampliação do debate acerca da política estadual de preservação do patrimônio edificado. Para a etapa que envolve análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão, sugerimos um edital focado no desenvolvimento de estudos científicos e empíricos, articulando ao fomento à abertura de novos cursos superiores ligados ao campo das artes e da gestão cultural. Ao momento do consumo, mostra-se como relevante a criação de ações que facilitem aos grupos e companhias acesso aos equipamentos culturais do Estado, do mesmo modo em relação a programas de facilitação de acesso do público aos eventos culturais realizados com incentivo público ou em equipamentos públicos, além da articulação junto às empresas paraibanas para ampliação do número de adesões e beneficiários do Programa Vale Cultura.

Políticas Culturais para o desenvolvimento econômico.

Nos últimos anos, o potencial econômico da cultura tem sido explorado de forma mais efusiva pelos poderes públicos. Alçar a produção cultural ao patamar de vetor de desenvolvimento econômico, explorando a criatividade como geradora de emprego e

renda, tem sido o desafio contemporâneo das gestões públicas. Nesse sentido, o poder público tem a possibilidade de apoiar, fomentar, incentivar e subvencionar o desenvolvimento de projetos de grupos, coletivos, empresas, comunidades, bairros, cidades e regiões, seja a partir do reconhecimento de seus territórios criativos, da subvenção aos Arranjos Produtivos Locais, no incentivo de projetos individuais e no crédito às empresas. Criar condições para o desenvolvimento de negócios culturais é o principal fator a pesar pela criação do Empreender Cultural, destinando microcréditos aos empreendedores e empreendimentos culturais. Em se tratando de empreendedorismo, propomos a parceria com o SEBRAE e a Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura, na instalação do escritório Criativa Birô, oferecendo consultoria profissional e assessoria especializada a artistas, produtores e gestores culturais.

Políticas Culturais para a formação e profissionalização da cadeia produtiva.

Técnicos de áudio, fotógrafos, assistentes de produção, continuístas, figurinistas, roadies, coreógrafos, iluminadores, maquiadores, editores, costureiras, diretores, roteiristas, eletricitistas, designers, assessores de imprensa, produtores executivos, cenógrafos e uma gama expressiva de profissionais compõem a cadeia da produção cultural. Ter uma cadeia produtiva forte requer investimentos no campo da profissionalização do setor. A criação da Escola Técnica de Artes, em parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – PRONATEC, trará a missão de formar profissionais de modo continuado, para atuar no mercado cultural da Paraíba e do Brasil.

c6) Políticas públicas para mulheres, População lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, população negra, comunidades tradicionais (ciganos, índios, quilombolas e comunidade de terreiros).

Durante a primeira gestão do governo do PSB, a Paraíba inovou com a implantação de políticas públicas para mulheres, LGBTs, população negra e comunidades tradicionais com ações intersetoriais, de caráter pioneiro no cenário nacional, em diálogo com a sociedade civil, colaborando com a mudança de mentalidade em relação aos direitos das referidas populações, sempre buscando a garantia da cidadania e a ampliação da democracia.

Por ser uma política recente, o desafio é o seu fortalecimento na perspectiva da interiorização das ações, ampliação de serviços, resgate da memória histórica das mulheres, grupos étnicos raciais e LGBTs do estado. A consolidação dessa política pública aponta a criação de mecanismos institucionais que garantam a sua permanência como política de Estado, como a realização de concurso público dirigido a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana.

Considerando acúmulo adquirido ao longo na gestão 2010-2014, a necessidade do Estado da Paraíba de avançar na implementação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero, racial e o respeito à diversidade sexual, as demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres, negro e LGBT e as diretrizes nacionais,

sugere-se o reordenamento da estrutura da SEMDH, com a criação de Secretaria de Política Pública para as Mulheres e a Secretaria de Políticas Étnico Raciais e LGBT.

Política para Mulheres - Enfrentamento a Violência contra as Mulheres

Ampliação de Núcleos especializados de atendimento as mulheres nas delegacias seccionais de 18 áreas integradas de segurança do estado;

Criação de Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual na região do sertão.

Autonomia Econômica

Criação de um Centro de Capacitação Profissional para a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e fortalecimento do empreendedorismo feminino;

Criação de incubadora para assessoria técnica a micro e pequenas empresas de mulheres.

Empoderamento das mulheres

Implantação de Escola Itinerante de Formação em Equidade de Gênero, visando o empoderamento das mulheres;

Criação de Memorial Vivo das Mulheres Paraibanas

Fomento a criação de órgãos de política para mulheres nos municípios paraibanos

Política de Promoção da Igualdade Racial – População Negra e comunidades tradicionais

Criação o Centro Estadual de Referência para Cidadania Negra e Enfrentamento ao Racismo.

Criação do Museu de Cultura e Resistência Negra, Indígena e Cigana.

Criação de Núcleos Especializados de Atendimento ao Racismo nas delegacias seccionais do estado

Capacitação servidores públicos para o enfrentamento ao racismo institucional.

Garantir percentual de vagas nos concursos públicos estaduais para pessoas negras.

Criação de Programa intersetorial de desenvolvimento sustentável para comunidades quilombolas e aldeias indígenas.

Política para Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

Ampliação da jurisdição da Delegacia Especializada contra Crimes Homofóbicos.

Criação de Núcleos especializados contra crimes homofóbicos nas delegacias seccionais do estado.

Ampliação da política de proteção a LGBTs:

- a) Sede própria para Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia da Paraíba;
- b) Implantação de Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia na região do sertão;
- c) Criação de Casa de Acolhida Temporária para LGBTs em situação de vulnerabilidade e violência;

Criação da Semana da Diversidade Sexual no calendário escolar oficial;

Promover editais para financiamento de ações e projetos de geração de emprego e renda para população LGBT, realizada por instituições LGBT.

Inclusão das Paradas da Diversidade Sexual (LGBT) no calendário oficial do turismo paraibana.

d) Política para melhoria da qualidade de vida

d1) Habitação Social

Produção Habitacional

1. Construção de unidades habitacionais em cidades com mais de 50 mil habitantes, utilizando os conceitos de habitabilidade;
2. Desenvolvimento de estudos, para implantação de tecnologias, para diminuição dos custos domésticos, principalmente, a captação de energia solar, etc.
3. Construção de unidades habitacionais em cidades com menos mais de 50 mil habitantes, reduzindo o déficit habitacional e o conseqüente êxodo para os grandes centros.
4. Ampliar os programas direcionados a população indígena, quilombolas e ciganos.
5. Expansão do Programa: Cidade Madura.

Urbanização de Assentamentos Precários

1. Urbanização de Assentamentos Precários nas regiões metropolitanas, em consonância com as diretrizes do Ministério das Cidades, promovendo o mínimo de reassentamento possível;
2. Intensificar as ações do Trabalho Técnico Social, nas ações de Urbanização, evitando a formação de conflitos nas áreas de intervenção.

Regularização Fundiária

1. Implementar o Programa Estadual de Regularização de Regularização Fundiária, regularizando os imóveis, localizados em áreas pertencentes a CEHAP e ao Governo do Estado;
2. Promover a Regularização Fundiária dos núcleos habitacionais construídos pela CEHAP, pelas prefeituras e comunidades consolidadas.

Desenvolvimento Institucional

1. Por em prática, em conjunto com a sociedade civil organizada: as metas estabelecidas no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, bem como promover o monitoramento e a revisão de suas metas;
2. Fortalecer os fóruns de discussão da política habitacional e de desenvolvimento urbano na Paraíba: a) Realização periódica da Conferência Estadual da Cidade; b) Consolidação do Conselho Estadual da Cidade;

d2) Saneamento e Resíduos Sólidos

- 1) Ampliação do atendimento dos serviços de água e esgotos nas áreas urbanas e rurais.

Elevação dos níveis de atendimento por água e esgotamento sanitário nas áreas urbana e rural. No abastecimento de água, elevação da cobertura do serviço de abastecimento de água de 92% para 100% nas zonas urbanas dos municípios. Nos serviços de esgotamento sanitário, elevação da cobertura nas principais cidades do estado, com um olhar especial para as cidades que ficam nas bacias estendidas do Rio São Francisco, que são as bacias do Rio Piancó/Piranhas e do Rio Paraíba.

- 2) Governança e Regulação dos Sistemas de Saneamento Ambiental

Elaboração do Plano Estadual de Saneamento Ambiental. Atualização do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Uniformizar as legislações em saneamento e regulação estadual em consonância com a federal. Prover segurança, qualidade e transparência na prestação de serviços públicos. Fortalecimento institucionalmente do setor: regulação do setor, criando um ambiente institucional e legal adequado aos investimentos, com a modernização e adequação da Política Estadual de Saneamento: foco no planejamento e nas ações integradas; aumento da eficiência e profissionalização na prestação dos serviços; promovendo o uso eficiente da água e da infra-estrutura. Reestruturação da tarifa social das contas de saneamento dos usuários de doenças crônicas e incapacitantes. Intensificar os Programas e as ações de Controle de Perdas de Água, com participação social.

3) Política Estadual de Saneamento Rural

Instituição de uma política estadual e criação do sistema estadual de saneamento rural, apoiados nos princípios de universalização de acesso e melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, integração das ações em infraestrutura, cooperação institucional, eficiência e sustentabilidade econômica, promoção da saúde pública às comunidades menos assistidas.

4) Profissionalização e Expansão do Setor

Aprimoramento dos mecanismos que induzam à eficiência dos serviços. Estabelecimentos de normas e padrões para adequação dos serviços. Sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor. Programas de treinamento de mão de obra, investimento em novas tecnologias.

Saneamento em Pólos de Desenvolvimento

Criação de condições para o abastecimento de água em áreas de demandas específicas como indústria, agricultura, condomínios e adensamento populacional. Implantação de centros coletivos para tratamento e destinação final de esgotos e resíduos sólidos em distritos industriais e zonas metropolitanas.

5) Reuso da Água e Eficiência Energética

Estabelecer os requisitos gerais para a gestão ambiental dos recursos hídricos e efluentes, incluindo a gestão sanitária da água potável com possibilidades de reuso em atividades próprias. Promover a adoção de tecnologias pouco intensivas no uso da água, a minimização do uso da água nas operações e processos, o reuso interno de correntes hídricas e o reuso do efluente final. Promover a eficiência energética nos processos de saneamento e a adoção de energia limpa nas diversas unidades dos sistemas de saneamento básico.

A necessidade da melhoria da qualidade de vida aliada às condições, nem sempre satisfatórias, de saúde ambiental e a importância de diversos recursos naturais para a manutenção da vida, resultam na necessidade de adotar uma Política de Saneamento Básico adequada, considerando os princípios da universalidade, equidade, desenvolvimento sustentável, entre outros.

A falta de saneamento ou a adoção de soluções ineficientes traz danos ao ambiente, como a poluição hídrica e a poluição do solo que, por consequência, influencia diretamente na saúde pública. Em contraposição, ações adequadas na área de saneamento reduzem significativamente os gastos com serviços de saúde.

O Governo do Estado da Paraíba desenvolverá ações de pactuação com os municípios para o desafio que o poder público enfrenta frente a universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social, que se configura como uma importante obra para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

Gestão dos Resíduos Sólidos

A busca por um meio ambiente mais equilibrado, passa pela correta destinação dos resíduos gerados em todas as atividades antrópicas. A preocupação quanto a esta temática parte da esfera federal, fazendo com que estados e municípios adaptem sua legislação, visando atender a esta demanda.

Estado da Paraíba começou esta adequação e elaborou o Plano de Regionalização com sugestões de arranjos para formação de Consórcios Públicos Intermunicipais e o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PEGIRS e neste momento está implantando um Sistema de Informações de Resíduos Sólidos que será administrado pela SUDENE e estará conectado com um sistema nacional do Ministério do Meio Ambiente.

Como apoio às gestões municipais o Governo do Estado elaborou os projetos executivos para 37 municípios onde sugere a gestão integrada dos resíduos sólidos através de três consórcios polarizados por Patos, Sousa e Cajazeiras.

A gestão dos Resíduos Sólidos, conforme explicita a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/10, é de competência dos Municípios que deverão elaborar os seus planos, implantarem os aterros sanitários, isoladamente ou através de Consórcios, o encerramento dos lixões e posterior recuperação das áreas degradadas provenientes das disposições inadequadas dos Resíduos Sólidos.

O Governo do Estado, também de forma pactuada, desenvolverá ações junto aos municípios que por ventura ainda não conseguiram se adequar à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

d3) Mobilidade Urbana

A questão da mobilidade urbana hoje é um tema de extrema importância para todos, considerando a elevação permanente dos custos das cidades, associados às questões de tempo de deslocamento, para auxiliar as grandes cidades o Governo do Estado vem implementando ações de grande impacto, como o Viaduto de Mangabeira, o Viaduto do Geisel, a Perimetral Sul em João Pessoa, a Av. Almeida Barreto em Campina Grande, a Avenida do Amor em Cajazeiras, além do maior programa de investimentos em rodovias implantado no Estado da Paraíba.

Continuar a identificar e ajudar os Municípios a solucionar tais questões é item basilar deste plano e das metas do Governo.